

**Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais
do Programa Trabalho Seguro
1ª REUNIÃO DE 2016 – 16/06/2016**

ATA DE REUNIÃO		
Local	Data	Horário
Brasília/DF	16/06/2016	09:00

No dia 16 de junho de 2016, das 09h às 16h25, no Auditório dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, ocorreu a 1ª Reunião de 2016 do Comitê Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro.

Estiveram presentes os seguintes membros do referido comitê:

COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO
Ministra MARIA HELENA MALLMANN Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro
Ministra DELAÍDE MIRANDA ARANTES Vice Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro
BENTO HERCULANO DUARTE NETO Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho
NEY STANY MORAIS MARANHÃO Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
LUIZ ANTONIO COLUSSI Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
JOSÉ GERVÁSIO ABRÃO MEIRELES Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho
FABIANO COELHO DE SOUZA Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho
SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PROGRAMA TRABALHO SEGURO
JORGE RIBAS LINHARES DE SOUZA Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
RENATO SABINO CARVALHO FILHO Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
ROSEMARY DE OLIVEIRA PIRES

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais
do Programa Trabalho Seguro
1ª REUNIÃO DE 2016 – 16/06/2016**

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
RAUL ZORATTO SANVICENTE Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
LUIZ ROBERTO DE MATTOS SANTOS Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
ANA MARIA APARECIDA DE FREITAS Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
CARLOS ALBERTO TRINDADE REBONATTO Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
WALTER ROBERTO PARO Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
MARCO AURÉLIO LOPES Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
JOSÉ ANTÔNIO CORRÊA FRANCISCO Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
GEORGE FALCÃO COELHO PAIVA Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
EDILSON CARLOS DE SOUZA CORTEZ Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
EDMUNDO FRAGA LOPES Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
LUÍS CLÁUDIO DOS SANTOS BRANCO Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
ISRAEL BRASIL ADOURIAN Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
NILTON BELTRÃO DE ALBUQUERQUE JÚNIOR Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região
JORGE ANTÔNIO ANDRADE CARDOSO

**Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais
do Programa Trabalho Seguro
1ª REUNIÃO DE 2016 – 16/06/2016**

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
SIMONE MEDEIROS Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região
FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região
AGUINALDO LOCATELLI Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
MARIA BEATRIZ THEODORO GOMES Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
MARCO ANTÔNIO DE FREITAS Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Após agradecer a presença de todos e solicitar que cada Gestor Regional se apresentasse para o Comitê, a Ministra Maria Helena Mallmann iniciou a reunião encaminhando o debate dos itens da pauta:

PAUTA

1. Exposição sobre o tema do próximo biênio “Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho”.	Identificador
Registros do Comitê: O Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira abordou o tema “Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho”, terceiro maior tema de afastamento do serviço por mais de 15 dias. Fez levantamento de dados, através de informações previdenciárias obtidas, para fundamentar seus argumentos e ressaltar a importância da prevenção e combate a esses transtornos mentais no trabalho, principalmente no controle/gerenciamento do estresse, gerenciamento das relações humanas no trabalho, combate à depressão, a transtornos ansiosos, ao transtorno de adaptação e ao <i>bullying</i> . Para ratificar a importância do tema do biênio, informou que estresse no trabalho é o tema da campanha da OIT. Explanou sobre a dificuldade dos juízes e peritos em diferenciar dano moral de dano psíquico, expondo, no material de apoio, as principais diferenças, a dificuldade de estabelecimento do nexo causal entre transtornos mentais no ambiente de trabalho e fora dele, bem como a influência da personalidade na geração de transtorno mental. Registrou que o novo CPC exige que laudo pericial deve ser compatível àquele conhecimento da área de especialização. O material de apoio utilizado na apresentação será disponibilizado na página do Trabalho Seguro do site do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	
2. Apresentação do aplicativo “Sim Vida”.	
Registros do Comitê: O Desembargador Walter Roberto Paro, do Tribunal Regional do Trabalho do Pará, apresentou o aplicativo “Sim Vida”, adaptado ao Programa Trabalho Seguro, ressaltando a multiplicidade de funções e a diversificação de usuários. Explanou que o aplicativo é um sistema com geolocalização no qual o	

**Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais
do Programa Trabalho Seguro
1ª REUNIÃO DE 2016 – 16/06/2016**

<p>usuário, em situação de risco, faz o registro fotográfico e lança os dados ao Tribunal. Registrou que o foco do aplicativo está na cultura de prevenção pelo cidadão, ressaltando a importância de ser um aplicativo leve e compatível com qualquer smartphone. Afirmou que o aplicativo encontra-se na segunda fase, com foco em sua gestão, como apuração dos dados, tornando-os mais seguros, e planeja uma terceira fase em que a consulta, as propagandas, as chamadas culturais, como prevenção de acidente ou estresse no trabalho, realizar-se-ão através de vídeo. Ressaltou a importância do <i>feedback</i> ao cidadão por sua contribuição com a sociedade. Informou que o aplicativo estará à disposição dos demais Regionais a partir de agosto deste ano, mas que as denúncias ainda serão geridas pelo TRT/PA. Participantes sugeriram a unificação de administração do aplicativo pelas Ouvidorias dos TRTs. Alguns gestores mostraram-se preocupados com a possibilidade de denúncias falsas. Todavia, o Desembargador esclareceu que o aplicativo conta com identificação de IP.</p>	
3. Deliberação das metas para o Próximo Biênio	
<p>Registros do Comitê: Os presentes, sob a coordenação do Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, decidiram pela aprovação das metas abaixo transcritas:</p>	
<p>3.1 Realizar um evento científico multidisciplinar na jurisdição do Tribunal Regional sobre o tema dos transtornos mentais relacionados ao trabalho.</p>	
<p>3.2 Desenvolver o Programa de prevenção de transtornos mentais também no âmbito da Justiça do Trabalho, envolvendo magistrados e funcionários, devendo realizar a “Semana de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais”, preferencialmente abrangendo a semana do dia 28 de abril de 2017.</p>	
<p>3.3 Divulgar por todos os meios possíveis mensagens educativas sobre saúde, segurança e meio ambiente do trabalho, com ênfase para o tema deste biênio.</p>	
<p>3.4 Aprofundar o relacionamento institucional com os parceiros locais do Programa do Trabalho Seguro para realizar eventos conjuntos e intensificar o compartilhamento de informações.</p>	
<p>3.5 Contribuir com o Tribunal Regional na criação do cadastro de profissionais para realização de perícias, especialmente nas demandas sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.</p>	
4. Destinação de recursos orçamentários aos Regionais para atendimento do Programa.	
<p>Registros do Comitê: O Juiz José Gervásio Abrão Meireles explanou aos presentes que a Justiça trabalhista dispõe de um montante total de cerca de R\$ 575.000,00 a ser repartido entre o Programa Trabalho Seguro e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção do Trabalho Decente do Adolescente e de Estímulo à Aprendizagem, ressaltando que a divisão da verba se dará na proporção de R\$ 300.000,00 a este, e R\$ 275.000,00, àquele, conforme aprovado pelas Ministras Coordenadoras dos Programas e pelo Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Salientou que o Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro deliberou pela divisão dos recursos orçamentários em razão do porte de cada TRT, conforme Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2012, alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 18/2016 do CSJT. Dessa forma, a cada TRT de grande porte será destinado R\$ 12.000,00; a cada TRT de médio porte, R\$ 8.000,00 e a cada TRT de pequeno porte, R\$ 6.000,00, remanescendo ao TST o saldo. Essa repartição também foi aprovada pelo presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Ressalta-se que o Desembargador do TRT da 10ª Região Mário Macedo Fernandes Caron sugeriu ao Comitê que a verba destinada ao Programa Trabalho Seguro não fosse repartida aos TRTs, mas reunida e utilizada em programas maiores, como o</p>	

**Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais
do Programa Trabalho Seguro
1ª REUNIÃO DE 2016 – 16/06/2016**

<p>aplicativo “Sim Vida”. A proposta foi vencida, mas o Desembargador colocou a verba do TRT da 10ª Região à disposição dos Gestores Regionais que necessitem do dinheiro para o desenvolvimento de seus programas/projetos. Registra-se a possibilidade, diante da escassez de recursos, de formação de parcerias de projetos (convênio entre Regionais).</p>	
<p>5. Apresentação de boas práticas pelos Gestores Regionais inscritos</p>	
<p>Registros do Comitê: O Juiz Ney Maranhão convocou os Gestores Regionais previamente inscritos a apresentarem as boas práticas realizadas no âmbito de cada Regional. Informou a todos que as cópias dos slides e o resumo do tema da Reunião já se encontram no site do CSJT.</p>	
<p>5.1 Desembargador Raul Zoratto Sanvicente – TRT 4ª Região</p>	
<p>Registros do Comitê:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Explanou sobre a especialização das varas em matéria acidentária em sua região, que de acordo com os juízes da região acarretou melhor gestão do acervo, melhor gestão da instrução do processo, boa aceitação dos advogados e avaliação geral positiva. Material de apoio será encaminhado por meio da lista dos Gestores Regionais.	
<p>5.2 Juíza Ana Maria Aparecida de Freitas – TRT 6ª Região</p>	
<p>Registros do Comitê:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Explanou sobre o desenvolvimento do trabalho direto com as empresas, enaltecendo as empresas que têm boas práticas, e o trabalho com os Peritos Técnicos.2) Ressaltou a dificuldade de estipular os honorários periciais, citando a OJ 98 da SBDI-2, a carência de profissionais qualificados e especializados, e a falta de recursos do TRT para a realização de perícias quando o sucumbente é beneficiário de justiça gratuita, Súmula 457 do TST.3) Sugeriu alteração da redação da OJ 98 da SBDI-2. A Ministra Delaíde solicitou material de apoio e se comprometeu a levar a questão da OJ 98 da SBDI-2 à Comissão de Jurisprudência, da qual faz parte.	
<p>5.3 Juiz Carlos Alberto Trindade Rebonatto – TRT 7ª Região</p>	
<p>Registros do Comitê:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Juiz ressaltou importância do Getrin e a formação de parcerias com sindicatos.2) Registrou a realização III Seminário de Trabalho Rural em Guaraciaba do Norte/CE, financiado pelos sindicatos.3) Realização de Projeto junto ao TST e Sinduscon para a divulgação de campanhas de Segurança do Trabalho no Ceará.	
<p>5.4 Juiz Marcus Aurelio Lopes – TRT 9ª Região</p>	
<p>Registros do Comitê:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Juiz explanou que a melhor prática realizada no âmbito do Regional foi fazer com que o Programa Trabalho Seguro exista administrativamente, pois, além do apoio do Desembargador Presidente do TRT 9, conta com o envolvimento de vários setores do Tribunal, que registram e documentam todas as atividades relacionadas ao Programa.2) Realização de campanha publicitária com enfoque em Saúde e Segurança do Trabalho que será veiculada até o final de julho deste ano.	
<p>5.5 Desembargador Roberto Luiz Guglielmetto – TRT 12ª Região</p>	
<p>Registros do Comitê:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Registrou a continuidade dos projetos que estavam sendo desenvolvidos.2) Envolvimento em campanhas promovidas pelos sindicatos para Prática de	

**Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais
do Programa Trabalho Seguro
1ª REUNIÃO DE 2016 – 16/06/2016**

<p>Prevenção de Acidentes.</p> <p>3) Salientou a importância de atuação junto aos Poderes Públicos Municipais e Estaduais, no sentido de fomentar que conste nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos cláusula de capacitação dos trabalhadores sobre Saúde e Segurança do Trabalho.</p> <p>4) Campanha para inserção de um dia destinado à conscientização de Prevenção de Acidentes nas escolas municipais, bem como ampliação de parcerias com sindicatos e instituições sobre o tema.</p>	
5.6 Desembargador Francisco Meton Marques de Lima – TRT 22ª Região	
<p>Registros do Comitê:</p> <p>1) Envolvimento de servidores e população com o desenvolvimento de um Passeio Ciclístico sobre o Trabalho Seguro e contra o Trabalho Infantil.</p>	
5.7 Juiz Aguinaldo Locatelli – TRT 23ª Região	
<p>Registros do Comitê:</p> <p>1) Registrou realização de parceria com a Assessoria de Comunicação do Regional para o desenvolvimento de filmetes simulando acidentes de trabalho.</p> <p>2) Realização da Corrida da Justiça do Trabalho organizada pela Amatra.</p>	

A ata foi submetida aos membros do Comitê, que a aprovaram, conforme ata de presença anexada.

Ciente em de agosto de 2016.

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho